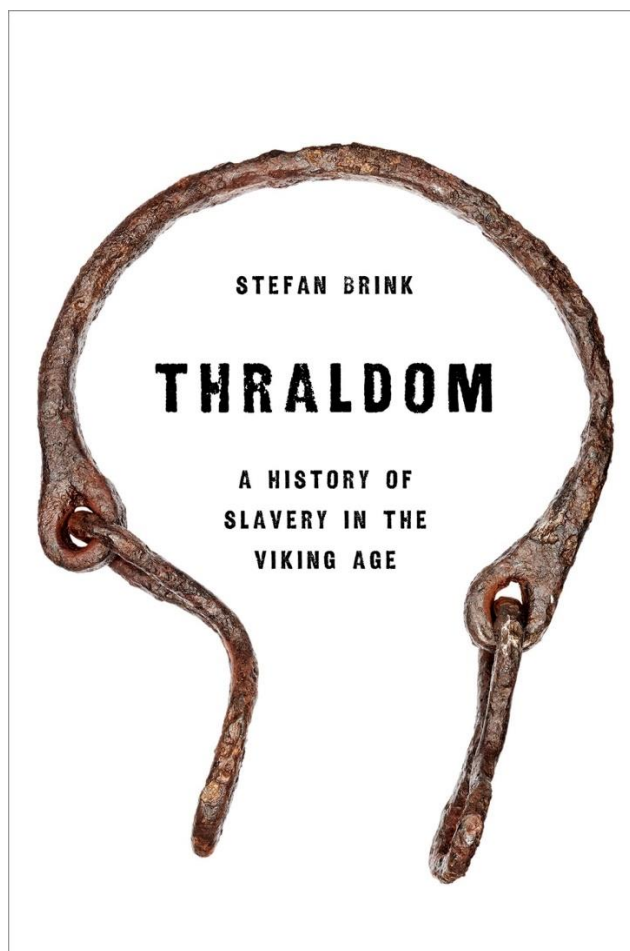


ROMPENDO AS ALGEMAS DA ESCRAVIDÃO ESCANDINAVA
BREAKING THE CHAINS OF SCANDINAVIAN SLAVERY



BRINK, Stefan. *Thraldom: a History of the Slavery in the Viking Age*. Oxford: Oxford University Press, 2021.

Caio de Amorim Féo¹

Em seu último livro publicado em língua anglófona no ano de 2021, *Thraldom: a History of the Slavery in the Viking Age*, o filólogo sueco Stefan Brink – conhecido pela organização de diversas obras de referência na escandinavística como, por exemplo, o livro *The Viking World*,

¹ Professor substituto de História Antiga e Medieval na UFRN, doutorando em História pelo PPGH-UFF e membro do laboratório *Translatio Studii* – Núcleo Dimensões do Medievo (História, Língua e Filosofia) da Universidade Federal Fluminense. E-mail para contato: caiofeo@id.uff.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0837-8441>

publicado pela Routledge, em 2008 – ofereceu ao público acadêmico aquela que pode ser vista como a principal obra abordando a temática da escravidão durante o Período Viking. O elogio, embora possa soar de forma desmedida, não é mera bajulação. Quando nos deparamos com a quantidade de documentação primária mobilizada para a discussão ao longo dos 17 capítulos que a obra contém, nota-se que a pesquisa do autor é digna do louvor que lhe atribuo. Comparando os registros escritos presentes nas leis provinciais, textos literários em nórdico antigo, inscrições rúnicas e demais fontes medievais com análises etimológicas dos termos contemporâneos durante o passado investigado, Stefan Brink promove reflexões significativas acerca das avaliações sobre a noção de *thrall* quando comparadas à cultura material por meio de um aporte histórico-antropológico. Sempre atento aos estudos já promovidos por nomes de peso do campo como Ruth Mazo Karras e Tore Iversen, a obra tem um trajeto de investigação instigante.

No capítulo de abertura, é realizada uma primeira consideração que visa nortear o que se segue nas páginas seguintes sobre o que consiste a noção de *escravo*. Seguindo a definição de Orlando Patterson de que o escravo seria um ser socialmente morto, Brink afunila brevemente para o estabelecimento da importância da unidade familiar na Escandinávia, enquadrando-a como núcleo primordial da comunidade na qual todo indivíduo buscava pertencer e que os escravos não faziam parte. Contrariando uma perspectiva mais próxima de nossa realidade do século XXI de que possuir liberdade é uma característica pessoal e particular que confere autonomia das ações e tomada de escolhas por um indivíduo, o que seria visto nas sociedades antigas (incluindo, evidentemente, a Escandinávia) é uma liberdade associada ao direito de estar inserido numa comunidade através do pertencimento de um grupo social.

Através desse ponto de partida em que define a participação no conjunto familiar e, conseqüentemente, a inserção na sociedade civil como fundamento da oposição entre escravo e indivíduo plenamente integrado à comunidade, Brink segue no segundo capítulo por traçar como tal distinção pode realçar novos olhares sobre o fundamento da escravidão. Passando desde as discussões historiográficas sobre o tema, como as promovidas por Marc Bloch sobre a distinção entre tenentes (*tenants*) e escravos (*slaves*), e abarcando uma grande diversidade de realidades sociais que vão da Grécia Clássica até o período pós século XIV nas regiões de domínio do Império Otomano e chegando até à realidade no Novo Mundo, o autor esclarece

uma dupla posição de complexificação do problema: primeiro, que a questão econômica de produção não é a única possibilidade de fundamentação de uma realidade escravista, partindo especialmente da presença de escravos em altos postos do sistema político-administrativo dos otomanos em contraposição com a realidade altomedieval e romana; segundo, que as realidades escravistas mais próximas a nós, como a presente nas Américas, não podem ser tidas como parâmetros únicos e fundamentais de sistemas escravistas para a análise de outros contextos.

O capítulo três, particularmente, pretende ampliar o foco de análise para que, através da comparação de diversos contextos, as proposições iniciais de que a realidade de dependência teria sido bastante diversa em muitas esferas se efetivassem. Assim, são discutidas as terminologias geralmente associadas à condição escrava e/ou servil no contexto europeu durante o vigor e fim do Império Romano, nas áreas germânicas continentais, na Inglaterra anglo-saxônica, na Irlanda e na Espanha. Ao mesmo tempo que explicitava as particularidades dos inúmeros termos em seus devidos contextos, Brink também fez associações que demonstravam suas similaridades, como no conceito de *esne* (escravo) em contexto anglo-saxão e seu equivalente continental *servus casatus* (servo vinculado à terra). O significado e a dita equivalência ou não dos termos atestaram, conforme o autor, uma clara condição turva daqueles submetidos a algum tipo de dependência, sendo difícil diferenciar um escravo moendeiro de um ferreiro dependente de um senhor, por exemplo. Porém, se a distância na prática cotidiana teria sido nebulosa, nas legislações tornava-se claro que este último detinha um status superior em relação ao primeiro, mesmo que ambos estivessem vinculados aos seus respectivos senhores.

Do capítulo 4 ao 14, Stefan Brink promove sua investigação mais detidamente no contexto escandinavo e, de forma mais ampla, viking. No quarto capítulo, o autor destaca os registros escritos tardios de testamentos e cartas indicam que os thralls (*þrælar*) existiram até fins do século XIII. Ainda que não se saiba em termos quantitativos devido às imprecisões documentais, é provável que tenha se tornado uma atitude piedosa entre as categorias sociais mais abastadas libertar escravos juntamente com a cessão de patrimônios à Igreja em seus testamentos.

Ao longo do quinto capítulo é estabelecido um levantamento das possibilidades que um indivíduo tinha de cair na condição de escravidão, que se resumiria em seis possibilidades:

por nascimento, caso fosse filho de escravos; como cativo de guerra, particularmente as feitas no exterior; por compra; por dívidas; por punição após cometer um crime; ou por submissão voluntária, especialmente por falta de capacidade de sustentar as necessidades mais básicas. O destaque entre esses vários tipos está na ênfase dada à escravidão de mulheres capturadas em incursões vikings sobretudo, mas não somente, no Leste do globo para exploração sexual e venda nos mercados escravistas e na busca pela obtenção de metais preciosos nas demais áreas que sofreram investidas vikings em que os escravos serviram como meio para adquirir tais riquezas. Além disso, cabe destacar a sutileza de certas condições de subordinação, como do *gæf*-thrall que seria um indivíduo que voluntariamente cederia suas posses e sua fazenda a outro que não seus herdeiros por não ter condições sustentar suas necessidades primordiais de existência. Embora legalmente estivesse no mesmo enquadramento que um thrall, seu status na prática seria superior a um thrall de trabalho regular pois, ao contrário deste, ele optou por adentrar à servidão.

No que diz respeito ao capítulo seis, Brink avalia a aparição de diferentes termos associados a thrall nos poesia nórdica antiga e nas sagas, partindo de considerações metodológicas sobre o cuidado que se deve ter para com tais fontes ao não as considerar como expressão direta da realidade histórica da Escandinávia em análise. Para além de thrall, são verificados inúmeros outros termos nessas fontes que são usados como referência aos thralls, como *ambótt*, *bryti*, *fóstrman*, dentre outros. Ademais dos poemas, principalmente no que se refere às sagas, o autor destaca que elas não servem muito mais do que nos apresentar uma visão estereotipada dos escravizados como estúpidos, feios e com a tonalidade da pele escurecida, correspondente mais à percepção de como a Islândia no século XIII percebia a variedade de papéis desempenhado pelos escravos no contexto rural islandês dos séculos X e XI.

Essa perspectiva ganha seu primeiro realce no capítulo sete. São analisadas as 6 (ou possivelmente 9) inscrições rúnicas com menções a thralls dentre as variedades de termos manifestas nesse contexto. É notável que ao contrário do que se poderia imaginar, alguns thralls possam ter desfrutado de estigmas sociais razoáveis em contraste com os thralls cotidianos, associados aos trabalhos de maior esforço físico. Dentre as inscrições analisadas, destaca-se a estela rúnica DR 58, em que um ferreiro chamado Tóki teria recebido a liberdade (*frælsi*) de seu senhor, Thorgíls. O próprio Tóki parece ter erguido uma outra estela rúnica, a

DR 91, o que demonstra que mesmo um thrall poderia ter um reconhecimento significativo a ponto de recorrerem às habilidades que possuía. Mesmo assim, Brink destaca que é preciso estar atento à variedade de significados que um termo pode possuir, por exemplo *fostri*, que provavelmente faz referência a um pai adotivo, que auxiliou na criação de uma criança que não era sua de nascimento, enquanto *fostra* faz menção à ama de leite ou mulher responsável pela criação, provavelmente uma thrall. O primeiro caso é representado na U 163 e o segundo na VG 13.

O oitavo capítulo da obra é o mais extenso de todos, o que se justifica por ser nele que o autor procede na densa discussão filológica dos diversos termos que compõem esse universo do thralldom, ou escravidão, como entende Brink. O autor adentra as especificidades linguísticas de uma ampla cadeia de conectividade das estruturas das línguas vigentes no espaço europeu, reforçando o profuso conhecimento do autor da diversidade de vocábulos e léxicos que influenciaram o nórdico antigo e as línguas germânicas do norte europeu, como um todo. Creio que mereçam destaque nesse capítulo as análises sobre os termos *ambátt/ambótt*, *bryti*, *sveinn* e, obviamente, *thrall*. Tanto *ambátt* quanto *ambótt* aparecem com seus usos em documentações escritas como sendo correspondentes a servos ou escravos do gênero feminino, ao contrário das demais línguas germânicas que lhe associa ao gênero masculino. Para Stefan Brink, isso ocorre pela existência na Escandinávia de uma palavra para se referir a servo ou escravo masculino, isto é, *þræll*. No caso de *bryti*, que deriva do nórdico antigo *brytja* (quebrar em pedaços), associado à distribuição de comida, o autor estabelece que sua aparição é representativa daqueles que seriam os preferidos entre os demais escravos. A relação entre o senhor e seu *bryti* se assemelharia àquela entre um patrono e um cliente subordinado a ele. De modo geral, é possível afirmar que o *bryti* seria o *primus inter pares* entre os escravos de uma dada propriedade. Essa relação patrono-cliente é interessante pois ela abrange uma variedade mais ampla de relações do que somente supressão extrema. No caso do termo *sveinn*, suas raízes do proto indo-europeu remontam ao significado de *aquele que é possuído*, e seus correspondentes em inscrições rúnicas indicam que poderia ser tanto uma referência tanto a *jovem rapaz* quanto *servo*, *thrall*. Se tomarmos o antigo alto alemão como base, o significado ainda poderia ser pastor de porcos, mas também guerreiro, o que para Brink nos aponta para a noção um grande espectro de significados que envolvem tanto a noção servil quanto a noção militar. É por esse motivo que o autor conclui que a definição da palavra *thrall*

(*þræll*) é um desenvolvimento específico do Norte Europeu, cujo significado esteve associado a um amplo conjunto de significados envolvendo a noção original de corresponder aquele que está sempre ativo realizando serviços rapidamente.

A extensão do significado não é mero capricho filológico, se refletindo nas utilizações variadas que esses dependentes foram empregados. É no capítulo nono que tal diversidade aparece, inclusive, com a intenção de romper com a noção de que os thralls dedicados aos trabalhos braçais teriam sido numerosos por toda a Escandinávia. Se houve um lugar em que de fato estavam em elevado número, foi na propriedade da alta aristocracia, apenas. As múltiplas funções exercidas não reduzem as dores daqueles submetidos. No tocante às mulheres, para além daquelas que exerciam trabalhos domésticos e de produção agrícola, o número daquelas que foram submetidas à exploração sexual não deveria ser subestimado. O controle do corpo feminino no passado atropelando sua vontade causa certamente asco aos lermos relatos dos estupros feitos por vikings, algo que Stefan Brink ressalta que deveria causar a mesma indignação quando se observa que na Suécia no século XXI uma adolescente pode ser casada com um homem desconhecido sem que isso leve à retaliações do sistema jurídico do país!

O capítulo dez abre uma discussão complexa, ainda que breve, sobre a relação do termo thrall com os topônimos. Brink consegue – apesar das dificuldades apresentadas pelas fontes – apresentar possibilidades que indicam a pouca relação dos escravos com as nomeações de lugares pela Escandinávia. No entanto, o autor indica que somente nos locais que tiveram muitos thralls é que possivelmente seja possível associar a relação com os nomes desses locais, como ocorre em Trälarp e Trälaryd, por exemplo, onde a primeira partícula advém do plural *thræla*.

Nos capítulos onze e doze, a discussão envolve as formas de identificação dos thrall, algo que o autor busca associar, inclusive, com outros contextos em periodizações e localidades. A relação se mantém a mesma, com os escravos sendo geralmente marcados fisicamente com castigos que levavam à mutilação de partes do corpo ou a perpetuação de cicatrizes que identificariam como escravas caso as vítimas caso fugissem. Além disso, os nomes daqueles considerados thralls não aparentam ter tido uma especificidade que os diferenciasses da população, indicando que mantinham nomes como qualquer outro membro da comunidade que estivesse submetido.

No capítulo treze, o autor realiza seu primeiro estudo de caso, acerca da paróquia de Älmeboda, no sul de Småland. Embora de difícil rastreamento, o significado do nome Småland parece ser de difícil definição, apesar da palavra *mål* (lote de terreno medido) se fazer presente em outras localidades. O que parece mais razoável para Brink é que não há como afirmar se aqueles que povoaram a região eram livres, libertos ou thralls, sendo mais provável que todas essas condições estiveram presentes, e o nome da localidade seria, portanto, um indicativo das terras selecionadas para cultivo por esses indivíduos sob ordens de um senhor.

Se a onomástica oferece muitas dificuldades na identificação dos thralls, a arqueologia também não foge à regra. No capítulo catorze, o autor explicita as formas de localização de escravos pela cultura material em geral, oferecendo alguns exemplos mais pormenorizados dos achados em contextos funerários. A maioria daqueles identificados como thralls são encontrados em túmulos duplos, em que o outro indivíduo é, geralmente, um membro da aristocracia. Enquanto o nobre aparece com a disposição do corpo ereta e manifestando respeito pelo seu descanso após vir a falecer, o thrall que o acompanha apresenta o corpo disposto de forma vexatória, ou mesmo com mutilações, pés e/ou mãos amarrados e a cabeça decapitada. A decapitação, contudo, não garante por si só que o indivíduo seja um thrall, abrindo margem para a interpretação de que o indivíduo possa ser um prisioneiro de guerra, por exemplo. Independentemente disso, os achados servem como forma de ressaltar o modelo desenvolvido ao longo do livro de que os thralls estariam presentes somente em grandes propriedades rurais, enquanto as fazendas comuns poderiam ter, no máximo, entre dois ou somente um thrall trabalhando nos campos.

As diversas manifestações de servidão inclinam o autor a buscar, no décimo quinto capítulo, a definição de quando teria se iniciado o processo de escravização na Escandinávia. Para isso, Brink recorre ao debate historiográfico sobre o surgimento da escravidão associado à necessidade de produção em grandes latifúndios. Essa nova demanda de cunho econômico teria sido fundamental, e Perry Anderson já teria indicado que foi durante o Período Viking que a predação de escravos teve início, considerando, inclusive, como constituindo uma relação paradoxal uma vez que a prática teria sustentado a vida primitiva na Escandinávia por muitos séculos, uma argumentação que justificava, na visão do autor marxista, o atraso dos nórdicos em se tornarem feudais. Stefan Brink se opõe a essa perspectiva destacando que são poucas as grandes propriedades de terra na Escandinávia, o que não sustentaria a

argumentação. Para ele, é muito mais plausível entender o fenômeno da predação de escravos durante o Período Viking pelas incursões como sendo uma forma de angariar riquezas por meio das vendas e cobranças de resgate. O ponto central para Brink está no entendimento de que o thrall consistia numa condição que abarcava muitos níveis de dependência, e conseqüentemente, abria uma miríade de funções que ele poderia desempenhar para além dos trabalhos braçais. Visando reforçar esse ponto é que o autor destaca as associações por contratos entre guerreiros germânicos aos exércitos romanos, em que homens livres abriam mão de certa autonomia que sua condição de livre lhe garantia para aceitar a subordinação a um superior. Nesse sentido, são as primeiras centúrias do primeiro milênio que constituiriam o ponto de partida das relações envolvendo a noção de thralldom na Escandinávia.

A argumentação do autor é conduzida de forma brilhante ao longo de toda a obra, culminando em resumo das argumentações desenvolvidas nos capítulos anteriores no capítulo dezesseis. É aqui também que Brink confere ao sistema que ele descreveu ao longo da obra a característica da servidão como “forte dependência assimétrica” (strong asymmetrical dependency), destacando que ao invés da clássica dicotomia entre escravidão e liberdade a realidade escandinava consistiria em um amplo espectro de subordinação, com níveis variados de submissão que afetaria o status social daqueles submetidos a tais relações. Assim como as relações de parentesco sustentavam a dicotomia nós/eles em uma comunidade, indicando que aqueles que pertenciam a uma família mantinham direitos e estavam inclusos nas dinâmicas da comunidade, quem estivesse apartado dessa estrutura estaria, tal qual um thrall, socialmente morto. Isso talvez conceda sustento e explique parte da motivação de um indivíduo concretizar um juramento de lealdade a algum rei, chefe ou nobre de forma geral para ser guerreiro de seu séquito, como o *sveinn* anteriormente mencionado. Ao adentrar seu *entourage*, esse jovem guerreiro acessava recursos, butim das pilhagens e mulheres não livres para exploração sexual que reforçavam a posição do senhor que lhes provia tudo isso.

No último capítulo, Stefan Brink fornece não um estudo de caso propriamente dito, mas algo que se assemelha mais a uma provocação, uma instigação à novas investigações sobre a natureza do significado da fortaleza de Trelleborg, na Dinamarca. Como é destacado, há uma série de outras fortalezas que aparentam compartilhar a raiz do nome (Taillebourg, na França, Prælaborg, na Noruega e Dhrelleborch, na Rússia). Apesar disso, Stefan Brink conclui que pelo fato do espectro de significados ser bastante amplo a respeito da noção de thrall, somente é

possível afirmar que todos esses lugares compartilham uma mesma partícula que lhe dá individualidade em suas regiões, isto é, o termo *þræll*, e que possivelmente uma dessas fortalezas pode ter sido uma espécie de progenitora para a nomeação das demais.

Após isso, a obra é finalizada com dois apêndices que oferecem ao/a leitor/a uma maior dimensão das definições cronológicas e das fundamentações linguísticas que o autor se baseou.

Em linhas gerais, conforme já dito, a obra de Stefan Brink é certamente uma das principais sobre o tema da escravidão/servidão na Escandinávia durante a Idade Média. A quantidade de documentações mobilizadas é bastante significativa, mas o manejo com um forte conjunto teórico-metodológico garante o estabelecimento de perspectivas instigantes que clareiam esse tema tão nebuloso. De minha parte, se tivesse de apontar alguns pontos que não foram aprofundados como deveriam, certamente afirmaria que, levando em conta as inúmeras menções de escravização de mulheres para exploração sexual, seria importante levar em consideração à noção de poliginia em toda a extensão do mundo viking, e recentemente mencionadas por Jan Rüdiger (2020) e Ben Raffield et. al (2017). Talvez o vigor das relações poligênicas traga justificativas outras para a busca incessante pelo aprisionamento de mulheres durante o Período Viking que se some à intenção de obter metais preciosos com sua venda nos mercados escravistas. Além disso, seria interessante se o autor tivesse explorado também mais documentações externas à Escandinávia que relatam o aprisionamento de escravos como os *Annála Uladh* (Anais de Ulster) ou os *Annales Vedastini* (Anais de Saint-Vaast), ou mesmo conferido o relato do bispo Adelhém de Sées que, conforme explicitou Simon Coupland (2014), consiste num dos relatos mais vividos sobre o sofrimento daqueles escravizados. Apesar disso, nada tira a excelência da obra que é, sem dúvidas, uma referência aos que buscam se introduzir ou mesmo se aprofundar na temática da escravidão na Escandinávia durante o Período Viking.

Referências Bibliográficas:

BRINK, Stefan. *Thralldom: a History of the Slavery in the Viking Age*. Oxford: Oxford University Press, 2021.



- COUPLAND, Simon. Holy Ground? The Plundering and Burning of Churches by Vikings and Franks in the Ninth Century. *Viator*, 45. No. 1. 2014, pp. 73-98.
- RAFFIELD, Ben et. al. Polygyny, Concubinage and the social lives of women in Viking-Age Scandinavia. *Viking and Medieval Scandinavia*, 13. 2017, pp. 165-209.
- RÜDIGER, Jan. *All the King's Women: Polygyny and Politics in Europe, 900-1250*. Leiden: Brill. 2020.